**Terra-território do local ao global: a caatinga símbolo de cosmovisões para a reparação racial e cuidado com o planeta Terra**

O exercício dos direitos de mulheres quilombolas e indígenas passa pela necessidade da abordagem sobre o significado que elas atribuem ao sentido de terra e território através da relação que se estabelece com esses espaços. Esse artigo expressa a relação com terra-território, resistências e enfrentamentos no combate do racismo, extrativismos vivenciados pelo povo Pankararu e pela comunidade quilombola de Conceição das Crioula, ambos no sertão pernambucano, a partir de relatos e testemunhos colhidos e sistematizados por membros da organização Espaço Feminista, que figura como organizadora deste texto.

A partir de uma perspectiva feminista transformadora, o Espaço Feminista do Nordeste para a Democracia e Direitos Humanos (EF), fundada em 2008 e com sede em Recife, elege como eixo central o enfrentamento à exclusão social e as desigualdades de gênero e raça adotando como referência metodológica a criação de condições que permitem às sujeitas autônomas romper com a condição de exclusão e superar as desigualdades a que são submetidas.

As associadas do EF são representantes de lutas comunitárias na defesa da terra e território e representantes legitimas das principais demandas de povos indígenas e comunidades tradicionais e centros urbanas a partir de cinco princípios estruturantes: equidade de gênero, raça e etnia; exigibilidade de direitos das mulheres; equidade de representação política entre mulheres e homens; intervenção nas políticas de combate às desigualdades, especialmente aquelas relacionadas ao direito à terra e territórios, à cidade, compreendendo a importância da moradia digna, habitabilidade e a justiça; reconhecimento do direito de todos os povos, em suas especificidades, à natureza. Vale ressaltar que o esforço coletivo institucional em promover avanços na defesa da terra e território, situa a centralidade da exigibilidade por justiça e reparação racial aos povos e territórios historicamente excluídos.

Para o **povo Pankararu** em específico como para os outros povos indígenas do Brasil o significado de território é algo que vai além da extensão territorial. Trata-se de um espaço não apenas para morar, cultivar, fazer casas e estradas, é sobretudo um território sagrado, não apenas para uso indígenas e de outras pessoas. Ser parte desse território é ter uma ligação mais que material, é ter uma ligação espiritual. É ter uma ligação cultural, intelectual com esse espaço - não é apenas para usufruto das pessoas, é uma morada sagrada de outros seres, além de outros animais não humanos. É também morada das pedras, das serras, dos rios, dos riachos, das fontes, das águas, das árvores, das plantas. **(Foto 1 – Elisa Urbano)**

Entende-se que esse território deve ser cuidado e não podem sofrer violações. É preciso deixar outros espaços para os outros seres, não é para exploração. Essa terra-território ela se junta a nós pessoas também como esse corpo território. Ela é sagrada para os povos indígenas e seus antepassados porque esses últimos habitam essa terra, assim como o futuro e a descendência indígena. Por esse motivo é imprescindível atitudes em defesa desse território.

A terra-território além de garantir a alimentação e nutrição, promove a sustentabilidade ou sustento do corpo físico, ela também sustenta a mente, o intelecto, a cultura, o conhecimento, a espiritualidade, a comunicação. É dessa mesma forma que sustenta os outros seres não humanos. Há um viés de cosmovisão, de ancestralidade, uma ligação cósmica, uma relação de pertencimento a esse território.

E aí nós vamos encontrar desafios de defender esse território que tanto é violado, violentado por impactos externos. Desde a invasão no Brasil no ano de 1500 que esses impactos externos vêm violando, violentando a vida dos nossos indígenas, a vida de povos e comunidades tradicionais e vem violentando essa mãe terra. Eis o motivo e a razão das mudanças climáticas na atualidade, na contemporaneidade. Então as mudanças climáticas já é o resultado de tanta violação desse território sagrado, dessa mãe Terra. Aí precisamos fazer a defesa e essa defesa é buscar o diálogo com pessoas que respeitam essa mãe Terra, essa mãe natureza, que respeita esse ecossistema como um espaço de moradia de convivência de todos e todas. De todos e todas as pessoas, dos seres humanos, dos seres sagrados, da fauna, da flora (Elisa Urbano Ramos, liderança Pankararu). ***Inserir foto 2 – Elisa Urbano Pankararu***

É importante refletir sobre a caatinga a partir dos biomas. Se pensarmos a partir de biomas podermos pensar como estivéssemos falando do corpo e fazer uma análise a partir do Brasil. Fala-se sobre a Amazonia como o pulmão do mundo e precisamos olhar para os outros biomas. Se preservarmos o pulmão, mas deixarmos o coração de lado, fígado e os demais órgãos de lado esse corpo não vai sobreviver. Então os nossos biomas estão em um sistema de harmonia uns com os outros. Não existe Amazônia sem cerrado, que não existe sem Pantanal, que não existe sem Mata Atlântica, se não existisse o bioma marinho, que não existe sem o bioma caatinga. E o bioma caatinga é o único do planeta terra, e no Brasil foi se constituindo nesses últimos 5 séculos uma narrativa, uma ideia de desvalorização a esse bioma e a sua gente. E consequentemente às suas pessoas. Então isso faz com que uma fauna e uma flora específica vá sendo destruída. E isso já estamos tendo essa resposta no mundo que são as mudanças climáticas. Infelizmente as mudanças climáticas vão atingir a nossa gente mais vulnerável, a nossa gente sofrida, as nossas mulheres, as nossas meninas.

O processo de invasão das terras americanas entre elas o Brasil, primeiro houve um massacre, houve uma opressão aos povos que já estavam aqui, os povos pindorâmicos, depois chamados de povos indígenas. E depois de explorá-los, o povo negro que já passava também por um processo de desmobilização, por um processo de opressão na sua própria terra devido à invasão também europeia. Essa população é trazida para o Brasil sem que se perguntasse se era isso que queriam ou não. E aqui no Brasil construiu gratuitamente toda a riqueza que o Brasil usufrui até hoje e que está espalhada também por outros países em troca de todo o trabalho, em troca de toda servidão.

Na perspectiva de ***Aparecida Mendes***, nunca houve uma remuneração, nunca se refletiu sobre direitos trabalhistas, nunca se refletiu sobre a violência física mental e psicológica causada nessa população que serviu por muitos anos, mais de 300 anos, e que serviu para a sustentação da riqueza desse país. É necessário que haja uma reparação racial, social e financeira para essa população. E quando se fala de reparação racial não se fala simplesmente de um pedido de desculpa de um representante de um país. Mas que essa reparação se materialize no acesso às políticas públicas, no acesso à valorização das culturas, das potencialidades que existem nas comunidades, no processo de retomada da democracia, de todo o poder. ***(Inserir foto 3 – Aparecida no território)***

Então, a reparação racial é promover e dar condições para que a população negra, em especial nos quilombos, largados à margem da margem do sistema capitalista sem acesso às políticas públicas durante anos na história das comunidades.

No caso de Conceição das Crioulas há mais de 200 anos que viveram e vivem no território mais pelo processo organizacional das antepassadas. Promover reparação racial é dar a essa população o direito, as condições, a possibilidade para ocupar os espaços. De poder ocupar as academias, ocupar os espaços de decisões, mas também de valorizar os potenciais que existem nas comunidades. Porque as populações rurais, no caso os quilombolas são vistos como populações em situação de miséria que vivem a depender da caridade das pessoas que têm o maior poder aquisitivo nas cidades, sobretudo nas grandes cidades. Quando na verdade territórios quilombolas são ricos, ricos de pessoas aguerridas, determinadas, trabalhadoras, mas também rico de uma fauna de uma flora.

A Caatinga da nossa região é rica em biodiversidade, é rica em alimentos que a natureza entrega gratuitamente para o nosso povo, para os animais criados na nossa terra. A nossa cultura apesar de o catolicismo ter comprometido e muito a cultura das comunidades quilombolas, nós ainda temos uma cultura muito forte e essa cultura é para ser valorizada como forma de fortalecer a nossa identidade étnica para que possamos conseguir o engajamento de cada vez mais pessoas especialmente da população jovem da geração atual. E que garanta o bem-viver para essas gerações de agora mas também para as futuras gerações a partir do engajamento, a partir da do fortalecimento da identidade, do sentimento de pertencimento, da autoestima elevada. Porque quando as ações promovem a elevação da nossa autoestima, a gente busca por si só as alternativas de vivência, alternativas de melhor qualidade de vida. (Maria Aparecida, liderança de Conceição das Crioulas).

Assim, a reparação racial passa também por esses processos, é garantir à população negra, no caso a população quilombola, o acesso e permanência nos espaços que foram historicamente negados. ***(Inserir foto 4 - Aparecida Mendes)***

Nós precisamos é ter acesso a estradas de qualidade dentro do nosso território. A nossa alimentação, a nossa produção, nossos sistemas produtivos desde o quintal produtivo, a plantação de vazante a plantação nos pequenos roçados, o extrativismo sustentável, a coleta de frutas, as sementes, cascas e raízes elas precisam ser valorizadas como potencial do bem viver dos nossos territórios. A nossa educação, ou seja, a educação existente pública em nossos territórios ela tem que ser cada vez mais potencializada como ferramenta de fortalecimento da nossa luta e nossa identidade. A educação dos territórios quilombolas não podem continuar servindo de ferramenta de distanciamento das nossas crianças, dos nossos jovens para mesmo estando dentro das comunidades se distanciem do que é a nossa missão as nossas raízes. É importante também dizer que reparação racial se faz com formação, formações de base, com uma reflexão potente sobre os impactos que causam o racismo, que causa a discriminação, que causa o preconceito racial. Porque é importante a gente refletir de que essa doença, essa situação terrível que causa tanta dor, ela não acabou. Por maior que seja a luta, a discriminação racial ela é latente, somos vítimas dela ou da reprodução delas todos os dias. Promover momentos em que possamos refletir sobre os impactos, para que a gente possa contribuir para a sensibilização da comunidade sobre os impactos do racismo é muito importante. Isso se faz também com processos educacionais, considerando que a educação não se faz única e simplesmente em sala de aula, é em todos os espaços onde estamos, por onde passamos, todos os espaços de sociabilidade. Espaços que precisamos potencializar reflexão e enfrentamento, porque não dizer combate às práticas de preconceito discriminatórias racistas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\*\*\*\*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\*\*\*\*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Nota sobre as autoras**: Maria Aparecida Mendes é uma mulher negra, quilombola do Território de Conceição das Crioulas – Salgueiro-PE. Ativista do Movimento Quilombola desde a década de 1990; Especialização em agricultura de baixo impacto de carbono pela UNVASF-2021; Mestra em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais-MESPT-UnB-2019; Bacharela em serviço social pela Universidade de Guarulhos – SP- 2015.

Elisa Urbano Ramos. Mulher Indígena do Povo Pankararu. Ativista pelos direitos das mulheres. Mestre e Doutoranda em Antropologia pelo PPGA UFPE. Atual Coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas da APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo).

O texto foi organizado por Adriana Alonzo Alvarez e Patricia Chaves (assessora e diretora-executiva do Espaço Feminista) a partir dos relatos e das falas das autoras.